

BSB Energética S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente
Sobre as Demonstrações Financeiras*

Santana & Sousa Auditores Independentes.

BSB Energética S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
BSB Energética S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BSB Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSB Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 13 de julho de 2021

SANTANA & SOUSA
Auditores Independentes
CRC – BA – N° 612

Alberto da Silveira Lima
Contador
CRC – BA – N° 9.093

QUADRO I**BSB ENERGÉTICA S.A****BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>CIRCULANTES</u>				<u>CIRCULANTES</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20	1.074	Obrigações fiscais	2		2
Dividendos a receber	5	-	-	Dividendos a pagar		13.768	4.190
Tributos a Compensar		109	107	Total ds passivo circulantes		<u>13.770</u>	<u>4.192</u>
Total dos ativos circulantes		<u>129</u>	<u>1.181</u>				
<u>NÃO CIRCULANTES</u>				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Mútuo	8	947	947	Capital social	7	1.957	1.957
Investimentos	6.2	24.695	24.904	Reservas de lucros		1.957	1.957
Imobilizado		21	21	Dividendos adicionais propostos		413	11.355
Total dos ativos não circulantes		<u>25.663</u>	<u>25.872</u>	Ajuste a Valor Patrimonial	2.4	(9.359)	(9.462)
				Adiantamentos para futuro aumento de capital	8	17.054	17.054
				Total do patrimônio líquido		<u>12.022</u>	<u>22.861</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>25.792</u>	<u>27.053</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>25.792</u>	<u>27.053</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO II
BSB ENERGÉTICA S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
(DESPESAS) RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	9	(51)	(260)
Resultado financeiro líquido		17	672
Equivalência patrimonial	6.2	37.929	29.444
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>37.895</u>	<u>29.856</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO III
BSB ENERGÉTICA S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.895	29.856
Outros resultados abrangentes	102	(4.731)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>37.997</u></u>	<u><u>25.125</u></u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO IV
BSB ENERGÉTICA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento p/ futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e dos adiantamentos para Futuro Aumento de capital
			reserva legal	reserva para investimento						
Saldos em 01 de janeiro de 2019		1.957	391	1.566	-	(4.731)	-	(817)	17.010	16.193
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	44	44
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	29.856	29.856	-	29.856
Dividendos distribuídos	7.3	-	-	-	(11.037)	-	-	(11.037)	-	(11.037)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(7.464)	(7.464)	-	(7.464)
Destinação do lucro:		-	-	-	22.392	-	(22.392)	-	-	-
Ajuxte dde Avaliação Patrimonial	2.5	-	-	-	-	(4.731)	-	(4.731)	-	(4.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.957	391	1.566	11.355	(9.462)	-	5.807	17.054	22.861
Ajuxte dde Avaliação Patrimonial	2.5	-	-	-	-	103	-	103	-	103
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	37.895	37.895	-	37.895
Dividendos distribuídos	7.3	-	-	-	(39.363)	-	-	(39.363)	-	(39.363)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(9.474)	(9.474)	-	(9.474)
Destinação do lucro:		-	-	-	28.421	-	(28.421)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.957	391	1.566	413	(9.359)	-	(5.032)	17.054	12.022

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO V
BSB ENERGÉTICA S.A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
lucro líquido do exercício		37.895	29.856
Ajuste para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	6.2	(37.929)	(29.444)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Impostos a compensar		(2)	(107)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Impostos a recolher		2	(63)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(34)	242
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos recebidos	5	38.240	24.894
Caixa gerado pelas atividades de investimentos		38.240	24.894
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	7.3	(39.260)	(50.124)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(39.260)	(50.124)
(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.054)	(24.988)
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	1.074	26.062
No fim do exercício	4	20	1.074
(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.054)	(24.988)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado).**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A BSB Energética S.A. (“Companhia” ou “BSB”) foi constituída em 31 de maio de 2000, e tem por objetivo social, a geração de energia elétrica no segmento de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), até o limite de 200 MW, bem como exercer atividades inerentes à sua finalidade principal e participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista, como meio para realizar o objeto social.

A BSB possui 13.845.611 ações ordinárias da investida Brasil PCH S.A. equivalente a 14,70% de participação no capital da investida.

A Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) foi constituída em 23 de março de 2005, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCH Participações S.A., investida que possui 99,99% do capital social de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com capacidade total de operação de 291 MW.

A Brasil PCH S.A. tem por objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em Acordo de Acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A venda de energia elétrica gerada pelas 13 PCH’s controladas indiretas se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Eletrobras através do PROINFA.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações são apresentadas em milhares de reais – R\$ - a moeda funcional da Companhia.

2.4.Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício está relacionada, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; e (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1.Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a) a (c) mencionadas acima.

Os ativos financeiros compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 4.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

3.3 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.4 Investimento

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos da coligada é incorporado às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada é inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

3.5 Depreciação da investida Brasil PCH S.A.

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Investida Brasil PCH S.A., pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Investida Brasil PCH S.A. considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Investida Brasil PCH S.A..

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Investida Brasil PCH S.A. restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Investida Brasil PCH S.A. mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas suas controladas indiretas, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Investida Brasil PCH S.A., não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas à partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	<u>20</u>	<u>1.074</u>
Total	<u>20</u>	<u>1.074</u>

5. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se a constituição de dividendos a receber de sua investida Brasil PCH S.A., conforme movimentação abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.646
Constituição de dividendos	22.249
Dividendos recebidos	<u>(24.895)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>
Constituição de dividendos	38.240
Dividendos recebidos	<u>(38.240)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>

6. INVESTIMENTOS

6.1 – Informações sobre a investida

Data base: 31/12/2020

Investida	Ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado %	Ativo total	Passivo Total	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Brasil PCH S.A.	13.845.611	14,70%	1.103.035	935.037	167.998	258.020

Data base: 31/12/2019

Investida	Ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado %	Ativo total	Passivo Total	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Brasil PCH S.A.	13.845.611	14,70%	1.168.617	999.202	169.415	200.297

6.2. – Movimentação do Investimentos

	saldo 01/01/2019	equivalência patrimonial	dividendos	saldo 31/12/2019	equivalência patrimonial	dividendos	saldo 31/12/2020
Brasil PCH S.A.	22.440	24.713	(22.249)	24.904	38.031	(38.240)	24.695
Total	22.440	24.713	(22.249)	24.904	38.031	(38.240)	24.695

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

2020 e 2019

	Ações	%	Valor integralizado
<u>Acionistas</u>			
Companhia Energética de Brasília - CEB	9.000	9%	176
Eletroriver S.A	91.000	91%	1.781
Total	100.000	100%	1.957

7.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

7.3 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, do saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	<u>Controladora</u>
Dividendos Pagos em 20 de maio de 2019	(35.813)
Dividendos Pagos em 02 de agosto de 2019	(14.311)
Total de dividendos distribuídos em 2019	<u>(50.124)</u>
Dividendos Pagos em 12 de março de 2020	(15.133)
Dividendos Pagos em 10 de agosto de 2020	(14.700)
Dividendos Pagos em 30 de setembro de 2020	(1.020)
Dividendos Pagos em 30 de novembro de 2020	(8.407)
Total de dividendos distribuídos em 2020	<u>(39.260)</u>

7.4 Reserva para investimentos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que serão destinados até 75% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, à constituição de reserva para investimento, com a finalidade de financiar projetos de expansão de unidades operacionais da Companhia, bem como investimentos em suas controladas, coligadas e/ou consórcios. O saldo dessa reserva não poderá exceder a 80% do capital social.

8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Ativo - não circulante</u>	<u>Passivo - não circulante</u>
	<u>Partes relacionadas</u>	<u>AFAC</u>
	(a)	(a)
Eletroriver S.A.	947	15.627
CEB - Companhia Energética de Brasília	-	1.427
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>947</u>	<u>17.054</u>
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>947</u>	<u>17.054</u>

(a) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital e saldos de partes relacionadas os quais não são corrigidos, não têm contrato, nem data de vencimento.

9. DESPESAS POR NATUREZA

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços de terceiros	(46)	(43)
Depreciação		
Financeiras, líquidas	17	672
Tributos	(5)	(218)
Equivalencia Patrimonial	<u>37.929</u>	<u>29.444</u>
Total	<u>37.895</u>	<u>29.855</u>
Classificado como:		
Despesas gerais e administrativas	(51)	(261)
Financeiras, líquidas	17	672
Equivalencia Patrimonial	<u>37.929</u>	<u>29.444</u>
	<u>37.895</u>	<u>29.855</u>

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

(b) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

(c) Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

(d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

11. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa estão descritas a seguir:

- Constituição de dividendos a receber no montante de R\$ 38.240 (2019, R\$ 22.249).

12. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira assim como consideraram eventos subsequentes até 13 de julho de 2021, data na qual essas demonstrações financeiras foram aprovadas.
